

Colóquio sobre Direito do Medicamento

Ação de formação Contínua Tipo A

Lisboa, 14 Dezembro 2012

O contencioso de autorização de introdução no mercado de medicamentos após a Lei n.º 62/2011

Esperança Mealha (Juíza de Direito)

Sumário

1. A tutela judicial do direito de patente
2. O recurso aos tribunais administrativos
3. Jurisprudência *anterior* à Lei n.º 62/2011
4. Contexto da Lei n.º 62/2011
5. Principais medidas da Lei n.º 62/2011
6. Jurisprudência *posterior* à Lei n.º 62/2011
7. Recursos pendentes no STA
8. Questões de constitucionalidade
9. Questões finais

Legislação

- Lei n.º 62/2011, 12 Dezembro (regime composição litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos);
- Decreto-Lei n.º 176/2006, 30 Agosto, na redação dada pela Lei n.º 62/2011 (Estatuto do Medicamento);
- Diretiva 2001/83/CE, alterada pela Diretiva 2004/27/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004 (Código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano);
- Código da Propriedade Industrial;
- Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Jurisprudência (remissão)

A jurisprudência constará do *power point* que será disponibilizado no dia da sessão.

Bibliografia

Andrade, José Carlos Vieira de, “A proteção do direito fundado em patente no âmbito do procedimento de autorização da comercialização de medicamentos”, *RLJ*, A.138, n.º 3953 (Nov-Dez 2008), 70-96;

Costeira, Maria José/ Freitas, Teresa Garcia de, “A tutela cautelar das patentes de medicamentos: aspectos práticos”, *JULGAR*, 8 (Maio-Agosto 2009), 119-138;

Marques, J. P. Remédio

- “O conteúdo dos pedidos de patente: a descrição do invento e a importância das reivindicações – Algumas notas”, *O Direito*, 139.º (2007), IV, 769-839;
- “O direito de patentes, o sistema regulatório de aprovação, o direito da concorrência e o acesso aos medicamentos genéricos”, *Direito Industrial*, VII, Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Almedina, 2010, 285-373;

Mealha, Esperança/ Neto, Dora Lucas, “A concorrência na jurisdição administrativa”, obra coletiva organizada pelo Centro de Estudos em Propriedade Intelectual e Concorrência da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (no prelo).